



**Processo: 10.282/2024**

Folhas N° 18 Rubrica 10

**Requerente: Müller Indústria de Máquinas de Construção Ltda.**

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90041 de 2024 - Processo Licitatório n. 03/2024**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 24/04/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90041 de 2024 - Processo Licitatório n. 03/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de equipamento para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 25 de abril de 2024.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame, tendo em vista que a especificação do objeto exige que o motor seja do mesmo fabricante, o que acarreta ofensa à competitividade da licitação, requerendo a supressão de tal exigência (fls. 03/12).

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 13, encaminhou o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica.

Às fls. 14/16 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, afirmando que a exigência de que o motor seja da mesma marca do fabricante se justifica porque é fundamental que a *“(...) assistência técnica preventiva, corretiva e em garantia seja feita pelo fabricante do equipamento, de forma a manter o padrão de qualidade e todas as vantagens logísticas de ter-se um só responsável por essa manutenção (...) evitando-se riscos de não assunção de responsabilidades técnicas por terceiros que não o fabricante do equipamento”*.



Afirma, ainda, que objetiva buscar a aquisição de um conjunto com “(...) *funcionamento harmônico entre motor e demais componentes da máquina, evitando montagens inapropriadas, e dificuldades de peças e componentes*”, bem como que, pela experiência do Município, há equipamento com motor de marca diferente da máquina que está quase em desuso por falta de peças e assistência técnica próxima ao Município.

Aduz que “*todos os principais fabricantes de equipamentos e, também, das retroescavadeiras, fabricam seus próprios motores diesel, são eles: CATERPILLAR, JHON DEERE, JCB, NEW HOLLAND E CASE*”.

Por fim, destaca que o fato de a empresa impugnante não possuir o equipamento com as características determinadas no edital não importa em dizer que a licitação está direcionada, uma vez que outras licitantes, de renome nacional e internacional, possuem equipamentos com o motor da mesma marca do fabricante, decidindo pelo não acolhimento da impugnação e prosseguimento do certame.

É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 24/04/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 29/04/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

*la*





*Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.*

*§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.*

*§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.*

*§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.*

Verifica-se que a Comissão de Pregão III recebeu a impugnação, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Pois bem. De acordo com o entendimento do TCU<sup>1</sup>, não se admite, de modo geral, licitação com especificação de marca de produto, a não ser que tal exigência encontre-se técnica e juridicamente justificada.

<sup>1</sup> Acórdão 1008/2011-Plenário.



Para o E. Órgão de Controle Externo da União<sup>2</sup>, a licitação não tem por objetivo, necessariamente, a escolha do produto ou do serviço de melhor qualidade disponibilizado no mercado, somente sendo admissível a indicação ou a preferência por marca se restar comprovado que a escolha é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da Administração.

Na forma do enunciado do Acórdão 113/2016-Plenário<sup>3</sup>, *“A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público.”*.

Portanto, conclui-se que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a exigência de indicação de marca, desde que haja justificativa técnica fundamentada.

Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, às fls. 14/16, justificou a exigência de que o motor seja da mesma marca do fabricante, alegando, dentre outros fundamentos, a compatibilidade no funcionamento do equipamento e seus componentes, o que garante maior durabilidade e eficiência, a economia com os gastos de manutenção e, ainda, a existência de outras licitantes que possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a *“(...) CATERPILLAR, JHON DEERE, JCB, NEW HOLLAND E CASE”*, conforme narrado no relatório.

Salvo melhor juízo, de acordo com a descrição do objeto, verifica-se que a Secretaria não indicou uma marca, mas sim exigiu que o motor da retroescavadeira seja da mesma marca do fabricante, justificando, para tanto, os fundamentos de ordem técnica e econômica narrados às fls. 14/16.

Ademais, afirma a Secretaria que existem diversas licitantes no mercado que possuem o equipamento com motor da mesma marca do fabricante, o que, s.m.j., afasta a alegação de restrição à competitividade.

<sup>2</sup> Acórdão 559/2017-Plenário.

<sup>3</sup> [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/\\*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-432/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-432/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)

*h*





Este entendimento, s.m.j., encontra guarida na jurisprudência do TCU, conforme Acórdão 2829/2015-TCU-Plenário<sup>4</sup>, cujo enunciado se transcreve abaixo:

*"No planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas".*

Vale transcrever ainda trecho do voto do referido Acórdão, onde o relator assim dispôs:

*(...) "a descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital a indicação de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações descritas no edital". O Tribunal, endossando a proposta da relatoria, acolheu, no ponto, as justificativas apresentadas, e julgou a Representação parcialmente procedente em razão da ocorrência de outras impropriedades. Acórdão 2829/2015-Plenário, TC 019.804/2014-8, relator Ministro Bruno Dantas, 04.11.2015.*

Portanto, considerando que a Subsecretaria Municipal Veículos Leves e Pesados apresenta justificativa técnica acerca da necessidade de adquirir os equipamentos da mesma marca, bem como afirma que existem outras licitantes que possuem equipamento com motor da mesma marca do fabricante, dentre elas a Jhon Deere, Caterpillar, JCB, New Holland, Case, etc, salvo melhor juízo, não restou configurada a restrição à competitividade, já que foram citadas pelo menos 05 (cinco) marcas que atendem a descrição do objeto do edital, motivo pelo qual opina-se pelo não acolhimento da impugnação.

Anote-se, por fim, que esta assessoria não dispõe de conhecimento necessário para analisar as justificativas de ordem técnica e econômica apresentadas às fls.14/16, sendo de competência exclusiva da Secretaria requisitante.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

<sup>4</sup><https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/publicacao/019.804%252F2014-8/%2520/DTRELEVANCIA%2520des%20c/0>



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO Nº 10282

DIA 25/04/2024

Folhas N.º 22 Rubrica 8

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 25 de abril de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula: 62.773

  
João Paulo Figueiró  
PROCURADOR GERAL  
PMU - MATR: 63019